RESOLUÇÃO CEAS/SC Nº 23 DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

Aprova o Plano Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – PEAS/SC 2020 – 2023.

O Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC, em Reunião Plenária Ordinária de 20 de outubro de 2020, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e pela Lei Estadual nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995 que dispõe sobre a organização da assistência social no Estado e institui o Conselho Estadual de Assistência Social CEAS/SC;

CONSIDERANDO, a Lei Orgânica de Assistência Social Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de: I Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; III - Plano de Assistência Social;

CONSIDERANDO, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS aprovada por meio da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 a qual refere no:

Art. 18 que o Plano de Assistência Social, de que trata o art. 30 da LOAS, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS. §1º A elaboração do Plano de Assistência Social é de responsabilidade do órgão gestor da política que o submete à aprovação do conselho de assistência social. §2º A estrutura do plano é composta por, dentre outros: I - diagnóstico socioterritorial; II - objetivos gerais e específicos; III - diretrizes e prioridades deliberadas; IV - ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V - metas estabelecidas; VI - resultados e impactos esperados; VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VIII - mecanismos e fontes de financiamento; IX - cobertura da rede prestadora de serviços; X - indicadores de monitoramento e avaliação; XI - espaço temporal de execução;

Art. 22 Os Planos de Assistência Social, além do que estabelece o §2º do art. 18 desta Norma, devem observar: I - deliberações das conferências de assistência social para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; II – metas nacionais pactuadas, que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; III – metas estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para Estados e Municípios; IV – ações articuladas e intersetoriais; V- ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS. Parágrafo único. O apoio técnico e financeiro compreende, entre outras ações: I - capacitação; II - elaboração de normas e

instrumentos; III - publicação de materiais informativos e de orientações técnicas; IV – assessoramento e acompanhamento; V - incentivos financeiros.

Art. 121 que no planejamento das ações dos conselhos de assistência social devem ser observadas atribuições precípuas, entre elas: aprovar o plano de assistência social elaborado pelo órgão gestor da política de assistência social;

CONSIDERANDO, o Ofício GABS/SDS nº 631/2020 que encaminha os autos do processo SST 2061/2020, contendo o Plano Estadual de Assistência Social 2020 – 2023 para apreciação e deliberação desse Conselho Estadual de Assistência Social – CEA;

CONSIDERANDO, a participação de Conselheiras/os do CEAS/SC no Grupo de Trabalho – GT sobre os Planos da Diretoria de Assistência Social – DIAS; e

CONSIDERANDO, que na Plenária Extraordinária do CEAS/SC realizada no dia 29 de setembro de 2020 já foi apreciada e aprovada as partes do PEAS nomeadas *Diretrizes e Identificação*.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2020 – 2023;

Parágrafo Único: O anexo contendo o Plano Estadual de Assistência Social 2020 – 2023 é parte integrante desta Resolução e estará disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS.

Art.2º. O CEAS destaca que o documento está sendo aprovado já em data de sua vigência, solicita-se que no próximo ciclo o mesmo seja apresentado com antecedência. Observamos que os dados do documento apresentam -se desatualizados, desta forma solicitamos ao gestor estadual que o atualize em sua primeira revisão;

Art. 3º. Ressaltamos a importância de que haja um Sistema de Informação próprio para gestão do SUAS Estadual, com ampla capacitação dos técnicos da área e/ou um fluxo de acesso aos bancos de dados e também que se estruture a Coordenadoria da Vigilância Socioassistencial na DIAS;

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL VALIENTE FROSI
Presidenta do CEAS/SC